Lourenço Xavier de Carvalho. “A continuar assim, corremos o perigo de formar ladrões competentes”

Sociólogo demonstra na sua investigação que quanto mais escolarizado e rico é o português, menos valor atribui à justiça, à honra ou à solidariedade

Tendo em conta que são os mais instruídos a formar as elites, Xavier de Carvalho diz ser “no mínimo preocupante” verificar que são justamente aqueles que menos perseguem os “valores aceites pela sociedade”

ISABEL STILWELL (Texto)
zoom@jonline.com
RODRIGO CABRITA (Fotografia)
rodrigo.cabrita@jonline.com

Quanto maior é a escolaridade e mais alto é o rendimento, menor é a predisposição para ajudar os outros ou para lutar por valores como a justiça, a amizade ou o amor. A correlação está demonstrada no estudo “Literacia social: os valores como fundamento de competência”, que Lourenço Xavier de Carvalho apresenta hoje em Mafra na conferência internacional sobre Literacia Social. Boa parte da culpa é das políticas de educação, mais centradas nas competências técnicas, defende o sociólogo. O que “é preocupante”, tendo em conta que são os mais instruídos a integrar as elites políticas e ocupar cargos de liderança. O estudo do presidente do Instituto Luso-Ilírio para o Desenvolvimento Humano traz outras surpresas para os que julgam que a família caiu em desuso. Não só está no topo dos objectivos de vida da maioria dos portugueses como ainda assenta nos conceitos tradicionais de fidelidade conjugal e casal heterossexual.

Segundo o inquérito que fez para a tese de doutoramento, quais são os principais valores dos portugueses?
Os portugueses iniciam esta segunda década do novo século com uma esperança renovada nos valores imateriais como base da sua realização pessoal e social. Afastam-se progressivamente de uma visão de vida puramente materialista, predominando os valores do amor e da família. São mais tolerantes, mas sensíveis ao sofrimento dos outros, com maior consciência da importância de desenvolver competências para o mundo globalizado, quer na perspectiva profissional, quer social.
Definem a sociedade a que pertencem com a mesma generosidade?
Afirmam-se como cidadãos de uma sociedade mais individualista, em que cada qual cuida de si, pelo que a positiva aproximação a valores mais imateriais está numa fase centrada no “eu” – a “minha” família, em quem confio, a quem recorro, por quem me sacrifico incondicionalmente. O amor que quero receber, a qualidade humana que quero ter, a competência que preciso de desenvolver...
O que concluí da sua análise sobre o valor de “ter uma família sólida”?
A família surge, em diversas áreas do estudo, como o “porto seguro”, ou seja, como garante de estabilidade no presente e para o futuro. Mesmo para um sociólogo com especialidade em sociologia da família, como eu, os resultados foram surpreendentes.
Ao contrário daquela ideia, quase ideológia, de que a família está ameaçada?
Fala-se muito, no discurso público, da destruição da família, e até há alguns grupos da sociedade que parecem querer aproprian-se deste conceito, como se de uma questão ideológica se tratasse. Esta investigação prova que a família está para além da ideologia e é uma aspiração universal da esmagadora maioria dos portugueses e em diversas esferas da vida.
Pelo que li na sua tese, os portugueses dizem que davam a vida pela família...
A família aparece como o topo dos objectivos de vida, de todas as instituições a que merece confiança máxima, o objecto de sacrifício último, a melhor fonte de sabedoria moral.
E no sentido da família como valor não se regista grande mudança no tempo, pois não?
Não, estes indicadores não mudam muito ao longo do tempo, e a família é um factor explicativo de muitos dos outros fenómenos observados (ou seja, o facto de a família ser mais ou menos importante explica níveis de felicidade, participação cívica, etc.). Outra lição que a investigação traz à imprudência de alguns discursos públicos marcadamente ideológicos e pouco sustentados nos dados, é que, havendo um aumento significativo da tolerância dos portugueses, o modelo aspiracional de família é assente, predominantemente, na parentalidade heterossexual e na fidelidade conjugal.
O divórcio é mais alto entre aqueles que têm mais formação académica?
Sim, é verdade, os resultados apontam claramente uma incidência crescente do divórcio à medida que avançamos nos níveis de escolaridade da população, e há que lembrar que o divórcio é um dos fenómenos sociais com transformações mais marcantes das últimas décadas em Portugal. É interessante verificar que, apesar da enorme importância atribuída à família, em média superior a 90%, é nos níveis mais elevados de escolaridade que a valorização da família é mais baixa (não baixando dos 80%). Nos níveis de escolaridade de intermédia (do 2.º ciclo ao bacharelato), os resultados são bastante homogéneos em torno da média.
Que conclusões retirou das respostas à pergunta “É muito importante lutar por uma causa justa”?
Os resultados demonstram que, quanto mais elevado o grau de escolaridade dos indivíduos, menos importância dão à predisposição para lutar por causas justas: 83% dos que têm o primeiro ciclo consideram muito importante ajudar os outros. Esta percentagem desce para 57% no caso dos mestrados e doutoramentos. Por outras palavras, o grau de instrução correlaciona-se inversamente com este sentido de justiça, havendo um contínuo e acentuado decréscimo de importância à medida que o nível de escolaridade sobe.
Este sentido de justiça varia também com a idade?
Apresenta uma importância elevada na adolescência (cerca de 75%), depois decresce durante a juventude (associada a escalões etários do ensino secundário e superior), em geral associada a um idealismo “que se perde com a idade” até aos 35 anos, recuperando os níveis iniciais aos 45 anos.
A medida que envelhecemos repescamos essa aspiração a um mundo mais justo?
Parece que sim. Há uma recuperação significativa para percentagens superiores (acima de 85%) à medida que se avança na idade adulta e para a terceira idade.
E à questão “que importância dá a ajudar os outros”?
Os resultados demonstram que quanto maior for o nível de rendimentos e o grau de instrução dos indivíduos, menor é a sua disponibilidade para ajudar os outros (87% no caso do 1.º ciclo, contra 53% nos mestrados ou doutoramentos).

> “Quanto mais elevado o grau de escolaridade dos indivíduos, menos predisposição para lutar por uma causa justa”

As conclusões a que chegou tornam mesmo possível dizer que os portugueses quanto mais habilitações escolares têm menos solidários e justos são?
Os resultados não apresentam dúvidas quanto a isso, pois essa relação inclusive tem elevado significado estatístico, ou seja, muito poder explicativo. As variações entre os extremos das escalas de rendimento e escolaridade são muito elevadas e de grande linearidade na correlação negativa com a solidariedade, a justiça, mas também com outros valores, como a honradez, a amizade e o amor.
Na sua tese atribui grande parte da responsabilidade por este afastamento dos valores éticos fundamentais à escola.
Verificamos que os processos educativos – que se reflectem no grau de instrução dos inquiridos – não têm contribuído para o desenvolvimento e a consolidação de valores essenciais para as pessoas (nomeados pelos próprios), assim como para a sociedade, segundo as normas sociais que sabemos serem estruturantes da vida democrática. Assim, acho que a escola – melhor dizendo, as políticas educativas, porque a escola segue directivas – tem responsabilidade por esse afastamento porque se tem centrado numa visão incompleta da educação e do educando.
Tornando-os (tornando-nos) tecnocratas?
Exactamente. Os modelos e as práticas pedagógicas criam uma enorme pressão nos currículos eminentemente técnicos, para nos tornarem mais “competentes”, em lugar de se preocuparem com os valores indutores de competências-chave para o êxito e a realização pessoal e social. Há duas décadas que se privilegia a dimensão técnica da formação das crianças e dos jovens, as áreas curriculares associadas à mera transmissão de conhecimento explícito e técnico (saber escrever, ler, fazer contas), como se de mais nada fosse feito o ser humano e o mundo que o rodeia.
E diria que as últimas medidas do Ministério da Educação seguem esse caminho?
Infelizmente acho que os últimos desenvolvimentos da política pública de educação agravam esta tendência, que aliás é contrária à mais avançada investigação na área e até às mais actuais recomendações da OCDE e do Conselho Europeu.
Temos andado um pouco inebriados com a ideia de que uma conta bancária e um diploma nos davam a felicidade?
Há dados que indicam que sim. Aliás, esta ilusão do poder económico na felicidade individual foi claramente desautorizada pelos efeitos da crise mundial que vivemos e causou enormes danos sociais e que Portugal sentiu e sentirá ainda por uns tempos de forma dolorosa. Decididamente, nada disto se reflecte em competência relevante para o que a OCDE chama “uma vida bem-sucedida e uma sociedade funcional”. Desta forma, temos uma geração (pelo menos) de indivíduos formados por esta cultura e sem competências para enfrentar os desafios da actualidade. Isto é de extrema gravidade.
Esta correlação entre menos valor e mais escola não é reaccionária? Não pode dar a ideia de que é perigoso aprender, e que mais valia termo-nos ficado todos pela 4.ª classe?
A conclusão em si é o que os dados mostram. Mas admito com naturalidade que o conhecimento destas conclusões deve mesmo originar o nosso sentido reaccionário de cidadania e de sentido político.
Devíamos reagir rapidamente a estas conclusões?
Claro. Ainda por cima considerando que os indivíduos de maior instrução são aqueles que, tendencialmente, formam as elites políticas e dirigentes de um país, é preocupante verificar que são os que menos perseguem os valores estruturantes e aceites pela sociedade.

> “Há duas décadas que se privilegia a dimensão técnica da formação, como se de mais nada fosse feito o ser humano”

Segundo o estudo, o que esperam os portugueses dos seus políticos, dos que ocupam cargos de liderança?
Segundo o estudo, é esperado um exemplo de honestidade, dedicação e altruísmo, assim como a noção aprofundada de bem comum e boas condutas da esfera da vida pessoal.
Ui! E deve começar de pequenino, presume-se...
Este ideal de político é perspectivado como ideal moral que deve ser trabalhada ao nível do desenvolvimento de competências de base e desde cedo nos processos educativos. Ora quando uma investigação revela o impacto da instrução na negação de valores fundamentais, é de facto perigoso educar sem valores, e os resultados estão à vista de todos. Sim, há quem tenha mais competência para a vida com menos escolaridade, pois de pouco serve – o indivíduo e a sociedade – uma instrução vazia de valores, um conhecimento sem direcção, uma competência isenta de ética e noção do seu impacto social. No limite, e a continuar assim, podemos afirmar que temos ladrões competentes.
Não estaremos todos a ser um bocadinho hipócritas – respondemos aos inquéritos como achamos que fica bem, e depois educamos ao contrário, nomeadamente com os nossos exemplos?
A educação que os nossos filhos estão a receber na escola, na família, mas também nos *media*, está a esquecer os valores que afinal reputamos essenciais e que a ciência nos afirma como indissociáveis do acto de educar. Isto significa que há um desencontro entre a oferta e a procura no sistema educativo – entre aquilo de que o “mercado” precisa em formação dos seus cidadãos para a realização pessoal e para o desenvolvimento social e humano, e aquilo que a escola, a família e os *media* estão a investir nos processos de educação, formais e não formais.
O encontro que hoje acontece em Mafra junta os maiores especialistas em literacia social. O que é a literacia social?
Habitualmente falamos de literacia “básica” de leitura e escrita de textos. A proposta, liderada por investigadores portugueses, e que já é reconhecida internacionalmente, é que se passe para uma nova dimensão de literacia, que capacita as crianças e os jovens para “lerem” o mundo que as rodeia, e para “escreverem” narrativas de vida no respeito por si, pelos outros e pelo ambiente. Afinal, a realizar aquilo que nos torna humanos.
E o que vão discutir?
Creio que batemos no fundo como sociedade dita “civilizada” ocidental. E portanto, em consequência da experiência colectiva nesta profunda crise económica e social – com evidentes raízes numa crise ética global –, estamos em conjunto, sobretudo a nível europeu e com o apoio da UE, a convergir no entendimento de que temos de devolver os valores universais aos processos educativos – aqueles que ultrapassam barreiras culturais e ideológicas (e que esta investigação comprovou).
Em Portugal já existe um programa de literacia social, o LED on Values. Já é posto em prática em quantas escolas?
O programa LED on Values (no fundo luz, led, sobre os valores) funciona em mais de 500 escolas de todo o país, envolvendo mais de 2 mil educadores e mais de 30 formadores certificados. Estamos também a construir, em Mafra, a Universidade dos Valores, como espaço de investigação e literacia social em todo o mundo, e a recuperar o jardim do Palácio dos Marqueses de Ponte de Lima, que será a futura casa do programa LED, transformando-o no Jardim dos Valores Universais, um espaço intercultural e inter-religioso, onde os visitantes podem reflectir sobre a importância dos valores universais.